

REGIONALISMO E CRÍTICA AO SISTEMA PUNITIVISTA: RESENHA CRÍTICA DA OBRA “CAPITÃES DE AREIA”

ISABELLE NASCIMENTO DA SILVA ARAÚJO

Submetido em 10/12/2021
Aprovado em 02/02/2022

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

O retrato da realidade popular, a denúncia de um sistema penal estigmatizante e a imersão no cotidiano da sociedade baiana da década de 1930 presentes em “Capitães da Areia” são alguns dos fatores que comprovam que Jorge Amado de Farias é, indubitavelmente, um dos maiores nomes da literatura regionalista. Natural de Itabuna, na Bahia, o autor delimitou um foco narrativo que refletiu, lucidamente, a vida que era levada pelas camadas sociais menos afortunadas de sua terra. Também examinou, na referida obra, temáticas que salientam as consequências de um cenário de miséria social intensificado pela política capitalista modernizadora da época, bem como suas implicações no estilo de vida das personagens. A partir disso, Jorge Amado buscou apresentar ao público uma leitura crítica do quadro político vivenciado na Bahia em 1937 e a influência de um regime opressivo no aumento da taxa de criminalidade, de tal forma que suas ideias foram consideradas uma ameaça pelas autoridades governamentais, as quais providenciaram a queima de vários exemplares do livro em praça pública.

Muito se pode compreender do posicionamento político e social de Jorge Amado através de seus romances, os quais constituíram uma postura de resistência do autor no que diz ao modelo autoritário exercido pelo governo de Getúlio Vargas no período conhecido como Estado Novo (1937 - 1946). Nesse sentido, entende-se que “Capitães da Areia” não apenas se tornou um célebre representante da segunda fase do modernismo brasileiro (1930 - 1945), como apresentou uma perspectiva pouco explorada no que concerne ao contexto histórico da produção, revelando a influência estatal intensa no processo de marginalização do indivíduo e o teor brutal das medidas de punição que eram aplicadas naquele período. A partir disso, Jorge Amado descentraliza a figura de um governo centralizador, destitui o protagonismo do Estado e põe o povo, desprezado, em evidência.

A história se passa logo no primeiro ano da terceira fase do governo de Vargas e retrata um grupo composto, primariamente, por meninos de 9 a 16 anos que muito cedo experimentaram o abandono parental e foram postos a sobreviver por conta própria nas ruas de Salvador, recorrendo à prática de furtos para garantir sua subsistência. Assim, transformaram em lar um velho trapiche e foram popularmente nomeados “os capitães da areia”, devido à localização próxima à praia, no cais do porto. Com exceção de Pedro Bala, chefe dos rapazes, e a jovem Dora, que incorporou o grupo em momento avançado da narrativa, os demais garotos são identificados de acordo com suas características únicas, havendo, a título de exemplo, o Professor, pois demonstrava nível intelectual superior ao dos outros, o Gato, que era o mais elegante, o Sem Pernas, visto que possuía uma deficiência que o impedia de caminhar normalmente, e assim por diante.

Não obstante, a realidade que constantemente buscava reduzi-los à categoria de criminosos, é possível notar a sensibilidade do autor em agregar a cada personagem certas particularidades, assim como convicções próprias, o descontentamento com a situação que viviam e projetos pessoais que almejavam realizar. É a partir disso, portanto, que Jorge Amado introduz a principal crítica presente na obra: a atuação do punitivismo estatal na manutenção de um estigma, efetivamente aplicado em classes sociais específicas, que transforma o ato delituoso em uma carreira desviada irreversível.

Essa abordagem se faz presente em diversos momentos na obra, incluindo no âmbito literário um debate sobre o que mais tarde seria comprovado pela Teoria do Etiquetamento Social (A Labeling Approach Theory), nos Estados Unidos. À medida que se passa a história, o leitor se depara com os efeitos do estabelecimento de um rótulo social de criminoso, o qual se mantém continuamente prescrito sobre o grupo de jovens e contribui para a sua marginalização, isto é, restringe a figura humana em toda a sua complexidade à conduta desviante que pratica, fazendo com que o autor do delito se defina como os outros o definem (SHECAIRA, 2004, p. 276). Tal afirmação é exemplificada em uma fala proferida por Professor “deixa de ser besta, Bala. Tú bem sabe que do meio da gente só pode sair ladrão... Quem é que quer saber da gente? Quem? Só ladrão, só ladrão” (1937, p. 186).

Além disso, Jorge Amado conduz a narrativa de forma que se torne inevitá-

vel questionar a postura do Estado, da Igreja e das classes mais ricas da sociedade quanto a existências dos capitães da areia. As péssimas condições em que viviam rapazes tão novos pouco pareciam importar diante de seus comportamentos delinquentes, os levando a serem caçados para adentrar um local que lhes traria mais sofrimento do que a vida nas ruas. Isso ocorre porque, segundo Shecaira (2004, p. 260), “as condutas desviantes parecem ser alimentadas pelas agências designadas para inibi-las”, ou seja, trata-se da utilização de métodos cruéis de punição como forma de perpetuar o papel desviante do indivíduo e condicioná-lo a viver marginalizado, haja vista que cresce neste o sentimento de rancor contra o Estado que além de rejeitá-lo o força a permanecer como um rejeitado do Estado.

Isso fica claro quando, em determinado momento do enredo, o personagem Sem-Pernas está fugindo da polícia e pensa sobre o ódio que alimentou após uma experiência traumática com policiais “lembrava-se da vez que fora à polícia. Dos sonhos das suas noites más. [...] Odiava a cidade, a vida, os homens. Amava unicamente o seu ódio [...]” (1937, p. 318-319). Entende-se então que, em ambiente penitenciário, o indivíduo se encontra sujeito a um processo de mutilação do seu “eu”, sofrendo com atos de degradação que objetivam submetê-lo à instituição, ao invés de prepará-lo para viver fora dela.

Situação semelhante se passa com Pedro Bala quando este é detido e forçado a passar oito dias seguidos em uma solitária, além de ter sido torturado por policiais e mandado para o reformatório, onde o tratamento não era distinto de todos os outros. Estrategicamente, o autor incluiu no enredo situações que incriminam o cenário baiano real, classificado pelo abuso do poder estatal e violenta repressão, tortura e censura.

O autor, ainda, reforça essa ideia nas reflexões trazidas pelo padre José Pedro, a única figura religiosa na vida dos capitães da areia e um dos raros membros não desfavorecidos da sociedade que lhes demonstrava compaixão. Mesmo sendo incessantemente confrontado pela Igreja sobre o seu posicionamento, o padre se recusava a expressar represália contra os jovens e os enxergava despojados da imagem que carregavam para o restante das pessoas. Como fator resultante de seu comportamento, o personagem encontrou dificuldades para conciliar o amparo oferecido ao grupo de meninos e a integridade de sua reputação perante a sociedade.

Tal reação às ações praticadas pelo padre José Pedro delata a existência de um conjunto de instituições políticas que influenciam o comportamento dos indivíduos em prol de constituir um sistema social punitivo. À vista disso, estabelecem que o controle estatal seja efetivado por meio das relações de poder exercidas por classes dominantes sobre classes subalternas, de forma que a compreensão do crime seja seletiva quanto ao grupo social que o agente pertença. Percebe-se então que, em razão dessa lógica, “a conduta desviante é o resultado de uma reação social e o delinquente apenas se distingue do homem comum devido à estigmatização que sofre” (SHECAIRA, 2004, p. 258).

É necessário ter em mente que “Capitães da Areia” espelha um Brasil governado por ideais profundamente desenvolvimentistas, marcado pela intervenção do Estado com o propósito de cumprir metas de caráter excepcionalmente econômico. Desse modo, não se esperava da classe trabalhadora outra função que não a de sustentar a industrialização intensa pela qual o país passava na época, implicando no surgimento de sindicatos que se manifestaram contra as condições deploráveis de trabalho e o enriquecimento do empregador às custas do empregado, que ficava cada vez mais pobre.

Em decorrência disso, o Estado se organizou de diversas formas para conter o avanço desses movimentos sociais, se valendo de estratégias como a instauração de uma imagem hostil sobre qualquer um que ousasse desafiar o sistema e a utilização do Direito Penal como instrumento de repressão contra aqueles que se recusaram a compor passivamente a massa operária. Seguindo tal lógica, para o sistema capitalista de produção, o indivíduo que não segue o modelo se torna por ele descartado, representando um símbolo do poder estatal que o transforma em um exemplo a não ser seguido pelos demais.

Levando em consideração tais fatos, Amado inicia uma discussão que dialoga entre a manutenção da estigmatização sobre grupos sociais determinados e o contexto político vigente na época, instaurando no enredo um viés anticapitalista que se encontra nítido na seguinte fala:

O padre José Pedro dizia que era culpa da vida e tudo fazia para remediar a vida deles pois sabia que era a única maneira de fazer com que eles tivessem uma existência limpa. Porém uma tarde em que estava o padre e estava João de Adão o doqueiro disse que a culpa era da sociedade mal organizada, era dos ricos... Que enquanto tudo não mudasse

os meninos não poderiam ser homens de bem. E disse que o padre nunca poderia fazer nada por eles porque os ricos não deixariam (1937, p. 144).

Se valendo dessa passagem, Jorge Amado conseguiu explicar de forma pontual como o sistema capitalista se apoia nas medidas punitivistas para assegurar a sua conservação; as pessoas são marginalizadas simplesmente porque precisam ser, já que “levar uma conduta desviada para a esfera de reprovação estigmatizante tem uma função reprodutora do sistema de controle social” (SHECAIRA, 2004, p. 263). Em virtude disso, é possível compreender que aqueles citados como “ricos” por João de Adão representam a classe dominante que, através da articulação das instituições de poder, busca prosseguir no controle de um sistema que depende da dominação exploratória da maior parte da população, logo depende da manutenção da desigualdade social:

Atos não são, eles se tornam alguma coisa. O mesmo acontece com o crime. O crime não existe. É criado. Primeiro, existem atos. Segue-se depois um longo processo de atribuir significado a esses atos. A distância social tem uma importância particular. A distância aumenta a tendência de atribuir a certos atos o significado de crimes, e às pessoas o simples atributo de criminosas. (CHRISTIE, 1998, p. 13)

Quanto às sequelas da ação desse sistema na vida dos personagens, é natural que o leitor se prenda à expectativa de vê-los mudar de vida, principalmente em razão dos anseios íntimos que cada um exprime. O autor, em virtude disso, lança um apelo à sensibilidade de seu público através da contestação do punitivismo estatal desenvolvido em todo o decorrer da história, levando à tona uma concepção alternativa sobre as medidas que poderiam ser tomadas para contemplar o combate à delinquência juvenil. Tem-se, pois, o desenvolvimento particular das personagens com foco especial em Pedro Bala, que se tornou grevista assim como era seu pai, liderando movimentos sociais que se erguiam em prol da transformação da realidade social. O chefe dos capitães da areia, então, age com o ímpeto de lutar pela vida digna e a libertação dos oprimidos, como constata a seguinte passagem:

A greve se soltou na cidade. E' uma coisa bonita a greve, é a mais bela das aventuras. Pedro Bala tem vontade de entrar na greve, de gritar com toda a força do seu peito, de apartear os discursos. Seu pae fazia

discursos numa greve, uma bala o derrubou. Ele tem sangue de grevista. Demais a vida da rua o ensinou a amar a liberdade. A canção daqueles presos dizia que a liberdade é como o sol: o bem maior do mundo. Sabe que os grevistas lutam pela liberdade, por um pouco mais de pão, por um pouco mais de liberdade. (p. 330)

Em suma, a obra alcança o perfeito equilíbrio entre a crítica e o prestígio da Bahia da década de 30, valendo-se de uma linguagem simples e popular para aderir a cultura regional ao corpo literário. As temáticas levantadas por Jorge Amado, junto à ilustração de figuras humanas cativantes e uma história estimulante, refletiram tão perigosamente bem uma compreensão acerca dos fatores de poder da época que constituíram uma ameaça ao governo ditatorial de Getúlio Vargas.

A valorização dos traços baianos, a citação de figuras nordestinas famosas como Lampião e o cangaço, além do olhar sensível direcionado às peculiaridades de cada personagem transformaram a leitura de “Capitães da Areia” em uma experiência verdadeiramente edificadora, possibilitando que a fluidez da leitura acompanhe o entendimento claro da crítica abordada. Pode-se afirmar, então, que a referida obra estampa com perfeição o nível de genialidade da literatura nordestina, da mesma maneira que induz uma discussão pertinente ainda nos dias atuais, logo sendo necessário repensar o papel da punição na estrutura social, uma vez que visa a institucionalização do indivíduo e dispensa investigações sobre as verdadeiras causas que estimulam a conduta desviante.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

CHRISTIE, Nils. **A indústria do controle do crime**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.